



PROPOSTA N.º 68/2016

Assunto: Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa (2015-2020), nos termos da proposta

Pelouro: Higiene Urbana

Serviço: DMHU/DHU

Considerando que:

1. A atual política de planeamento e gestão de resíduos urbanos, ao reconhecer o resíduo como um recurso, levanta novos desafios no domínio da gestão integrada de resíduos e ciclo de vida dos materiais, sendo um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território.
2. O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020 (PERSU), aprovado em setembro de 2014, através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, é o novo instrumento de referência da política de gestão de resíduos urbanos em Portugal.
3. O PERSU estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e específicas por sistema de gestão de resíduos urbanos e as medidas a implementar no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução.
4. O mesmo Plano procede à compatibilização da legislação em vigor, nomeadamente com a Diretiva Quadro de Resíduos, Diretiva Aterros e o Novo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2014-2020.
5. O PERSU integra ainda diversos planos estratégicos nacionais e sectoriais, nomeadamente o Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos (PPRU), a Estratégia Nacional para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterros.
6. O PERSU determina ainda novas metas até 2020, sendo os principais desafios a prevenção, o desvio de resíduos biodegradáveis de aterro e o aumento da reciclagem.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

7. Para cumprimento das metas previstas no PERSU é necessária a criação de um instrumento estratégico ao nível da política municipal de gestão de resíduos e higiene urbana para a cidade de Lisboa, em articulação com este e com o Plano de Ação da Valorsul.
8. O Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa define, para o horizonte temporal 2015-2020:
 - as prioridades de intervenção no âmbito da gestão dos resíduos urbanos;
 - o cumprimento de metas ambientais até 2020;
 - a mudança comportamental dos agentes da cidade;
 - o aumento dos níveis de reciclagem;
 - a diminuição da produção de resíduos juntos dos produtores;
 - a monitorização da implementação de cada uma das ações preconizadas;
 - a comunicação dos respetivos resultados obtidos.
9. O procedimento de aprovação para este tipo de plano é o previsto para os regulamentos municipais, nos termos do n.º3, do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º178/2006, de 5 de Setembro.
10. Pela Proposta n.º 576/2015, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 14/10/2015, foi deliberado submeter a consulta pública o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 101.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º4/2015, de 7 de Janeiro.
11. Na sequência da submissão a consulta pública, que terminou em 15 de novembro de 2015, foi elaborado um relatório, ora anexo, no qual são identificadas as sugestões dirigidas pelos interessados ao órgão competente, nos termos do n.º2, do artigo 101.º do novo Código do Procedimento Administrativo supra citado, bem como aquelas que mereceram acolhimento, com concernente transposição para o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa.
12. Realça-se que foram ainda introduzidas algumas alterações decorrentes da discussão na Reunião de Câmara de 14/10/2015, conforme devidamente assinaladas no relatório referido no ponto anterior.
13. É da competência da Assembleia Municipal a aprovação dos planos necessários à prossecução das atribuições do município, sob proposta do órgão Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea h) do n.º1 do artigo 25.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos os artigos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA DELIBERE:

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa (2015-2020), nos termos das disposições conjugadas do n.º3, do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º178/2006, de 5 de Setembro, da alínea k), do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea h) do n.º1 do artigo 25.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º, todos os artigos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ora anexo, que faz parte integrante da presente proposta.

Paços do Concelho de Lisboa, 02 de Fevereiro de 2016.

O Vereador

- Duarte Cordeiro -

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Após a aprovação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa, em sessão de Câmara de 14/10/2015, este documento foi colocado em consulta pública por um período de 30 dias, tendo terminado em 15/11/2015.

No anexo I, podem ser consultadas as entidades convidadas a participar na referida consulta. Esta consulta foi publicitada no *site* da Câmara Municipal de Lisboa (CML), no qual foi criado um *link* específico para a receção de todos os comentários.

Durante o período de consulta obtiveram-se diversos contributos provenientes de munícipes, empresas e associações, que são apresentados no quadro seguinte, bem como a resposta da CML a cada comentário.

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
Valorsul	
1. É feita, por mais que uma vez no Plano (...) a referência à disponibilidade da (...) (ETVO) - na pág. 41, "No caso dos resíduos biodegradáveis (...), verifica-se que uma parte significativa das quantidades recolhidas seletivamente acaba por ter como destino final o aterro sanitário (26% em 2014) e não a valorização orgânica" e, na pág. 61, "Alta taxa de inoperacionalidade da Estação de Tratamento e Valorização Orgânica da Valorsul é uma ameaça ao cumprimento das metas do PERSU 2020 de desvio de RUB de aterro - encaminhamento de 26% dos RUB recolhidos seletivamente em Lisboa para aterro, por mau funcionamento da instalação	<i>Substituição de texto na página 52:</i> A indisponibilidade da Estação de Tratamento e Valorização Orgânica (ETVO), relacionada com a necessidade de intervenções de manutenção nos equipamentos, é um fator limitante ao potencial de valorização orgânica dos resíduos biodegradáveis recolhidos seletivamente pelo município de Lisboa.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
<p>e reduzida capacidade de receção". Nota-se que, em 2014, a disponibilidade da instalação (total de RUB processados/total RUB recebidos) foi de cerca de 83%, tendo este desempenho melhorado em 2015, onde se regista um valor de disponibilidade de 90% (valor acumulado a outubro), pelo que não se concorda com as afirmações mencionadas. Refira-se ainda que a indisponibilidade da instalação encontra-se relacionada com a necessidade de intervenções de manutenção nos equipamentos, não se considerando que esta necessidade possa ser classificada de "mau funcionamento". Em relação ao cumprimento da meta do desvio de aterro definida no PERSU 2020, recorda-se que contribuirá para a mesma a receção nas unidades de valorização orgânica existentes (ETVO e CVO Valorlis) e projetadas no âmbito do Plano de ação da Valorsul (TMB e unidade de compostagem de resíduos verdes).</p>	
<p>2. Assinala-se que a Valorsul dispõe de 2 Estações de Tratamento e Valorização Orgânica; 8 ecocentros e 6 Estações de transferência, cf. consta do site da empresa.</p>	<p><i>Substituição de texto na página 34:</i></p> <p>A Valorsul dispõe das seguintes unidades de tratamento e valorização:</p> <ul style="list-style-type: none">- (...);- Duas Estações de Tratamento e Valorização Orgânica, localizadas em São Brás (concelho da Amadora) e Leiria (Valorlis);- Oito Ecocentros, um dos quais localizados no Lumiar (Lisboa);- Seis Estações de Transferência;- (...).



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
<p>3. É referido que o potencial de valorização multimaterial nos indiferenciados é de 34%, e que nem todos os materiais são considerados materiais alvo ao nível da triagem pela Valorsul. Entende-se como mais correto afirmar que “nem todos os materiais cumprem com as especificações da entidade gestora de embalagens (pela sua dimensão, ou porque não se tratam de embalagens ou outras razões)” e não que alguns materiais não são considerados como alvo na triagem da Valorsul. Não é a Valorsul quem define quais os materiais alvo da recolha seletiva, mas sim a entidade gestora. A filosofia da Valorsul tem sido a de encontrar destino final para todos os resíduos recicláveis que lhe chegam, mesmo não sendo materiais alvo da recolha seletiva de embalagens. Muitas vezes o grau de contaminação dos materiais, ou a complexidade dos seus constituintes, não permite o seu encaminhamento para reciclagem.</p>	<p><i>Substituição de texto na página 45:</i></p> <p>Trata-se de um potencial máximo, já que nem todos os materiais são considerados “materiais-alvo” pela entidade gestora de embalagens a nível nacional.</p>
<p>4. Assinala-se que a Valorsul partilha a entrega de resíduos na instalação de valorização orgânica do sistema Valorlis, pelo que se sugere que seja corrigida a referência à Valorsul não possuir, presentemente, sistemas de tratamento mecânico e biológico. A falta desta informação é também visível noutras partes do Plano (ex. pág. 73, último parágrafo onde não é referida esta instalação).</p>	<p><i>Substituição de texto na página 56:</i></p> <p>Desta forma, os sistemas com menor expressão relativa em termos de tratamento mecânico-biológico e com histórico de recolha seletiva na origem como fonte de reciclagem, como é o caso da Valorsul (...)</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
5. Sugere-se que seja revisto o comentário "pelo que o esforço que lhe é exigido é menor do que noutros sistemas inter/multimunicipais.", dado que a meta de desvio de aterro de 10% apenas será passível de atingir com a construção da unidade de TMB para 120.000 t/ano, pelo que a afirmação não se considera adequada.	<i>Não obstante o comentário, o contributo não foi considerado no Plano, uma vez que se considera que o esforço exigido ao sistema é efetivamente menor.</i>
6. Quanto à medida 2.7. – "Incremento da separação e melhoria do encaminhamento de madeiras e metais ferrosos", a Valorsul está disponível para a necessária articulação à receção dos fluxos identificados nas suas unidades, cf. já foi demonstrado ao município em diversas reuniões, e como foi refletido no regulamento do Ecocentro do Lumiar, onde se deu abertura para a entrega de um maior leque de resíduos recicláveis; Página 85 – "a Valorsul está disponível para a necessária articulação à receção do fluxo identificado no destino referido.	<i>No Plano não há qualquer referência à indisponibilidade por parte da Valorsul em melhorar o encaminhamento das madeiras e metais ferrosos.</i> <i>Substituição de texto na página 75:</i> Atendendo às quantidades envolvidas e necessidades da autarquia, é importante incrementar a separação seletiva da madeira e a sua valorização, em articulação com a Valorsul.
7. Objetivo estratégico 2, medida 4 – cf. referido no Plano Municipal, no Plano de Ação da Valorsul consta a construção de unidade de compostagem de resíduos verdes. Desde julho de 2014 que a Valorsul receciona na ETVO cerca de 100 t/mês de resíduos verdes, os quais direciona para compostagem em túnel. Uma quota de 50 t/mês são para preenchimento pelo município de Lisboa. Dessa experiência, com mais de um ano, tem sido possível verificar que, nessa recolha, há	<i>Complemento ao texto da página 81:</i> A CML, por sua vez, garantirá que os resíduos verdes recolhidos seletivamente apresentem os níveis de qualidade necessários ao bom funcionamento do processo de compostagem.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
algumas dificuldades logísticas que terão que ser melhoradas por forma a garantir a entrega de 5.000 t /ano pelo Município de Lisboa.	
P.Guimarães	
Não li o documento com o plano de gestão de resíduos mas gostava de sugerir que devia voltar a haver alguns locais por freguesia ou bairro onde os habitantes pudessem colocar os seus lixos de forma separada sem ter de ficar dependentes das porteiras/os. No meu prédio, embora muitos inquilinos separem os lixos, a porteira, depois, junta tudo no lixo comum e assim poupa o arrastar de vários caixotes por semana. Outra hipótese era a possibilidade dos caixotes poderem ficar no exterior dos prédios evitando o esforço físico de os carregar para fora e deixando aos cidadãos a possibilidade de colocar os seus lixos quando entendessem. Como sabem os nossos prédios não foram construídos para facilitar o despejo dos lixos e assim deve a legislação ir ao encontro da capacidade física das porteiras para carregar com os caixotes cheios.	<i>Resposta enviada ao munícipe:</i> Agradecemos o seu contributo e informamos que a CML pretende, a curto prazo, alargar a capacidade instalada de ecopontos subterrâneos, criando desta forma uma rede de suporte ao sistema de remoção porta-a-porta do Município (objetivo estratégico 1 – medida 1). No entanto, a sensibilização dos munícipes também é importante. A permanência constante de contentores na via pública não é uma solução, uma vez que proporciona maior contaminação das diferentes frações valorizáveis de resíduos urbanos.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
A. Dorey	
Recolha semanal de resíduos para reciclagem para poder abranger TODA A CIDADE sem necessidade de mais recursos. Não é necessário recolher + que 1 x por semana a residentes. Hoje há zonas que têm recolha 2 e 3 vezes por semana e eu no Camões NADA nem recolha nem ecoponto!	<i>Resposta enviada ao munícipe:</i> Agradecemos o seu contributo e informamos que na última década Lisboa tem apostado na recolha seletiva porta-a-porta, tendo iniciado nas áreas mais periféricas e atualmente em zonas mais centrais. No entanto, verifica-se que o edificado do centro da cidade apresenta características muito distintas, não sendo possível aplicar este sistema a toda a cidade. Neste sentido, estão a ser estudadas medidas alternativas, como a criação de uma segunda rede de suporte (objetivo estratégico 1 – medida 1), a implementar em áreas onde não é viável a colocação de mais contentores dentro dos edifícios. Esta rede de suporte será constituída por contentores subterrâneos colocados na via pública, pequenos locais de receção de resíduos e ecocentros. Com o intuito de resolver a situação dos bairros históricos, são considerados prioritárias as zonas envolventes para a colocação de contentores subterrâneos. Pretende-se, igualmente, alterar o atual sistema de deposição nos bairros históricos (de sacos para contentores) e reforçar a frequência de remoção. Em relação à sua situação em concreto, informa-se que está prevista a instalação de contentores subterrâneos no Largo do Calhariz, Rua da Misericórdia e Largo Trindade Coelho.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
L. Sonim	
<p>Acabem com a recolha porta a porta. O cheiro espalha-se pelas ruas fora (especialmente durante o verão) e fica insuportável. Usem novamente os caixotes de bairro. Também podiam por a fiscalização a penalizar quem mete sacos no chão. Desde sacos do lixo junto a arvores, lixo indiferenciado encostado aos ecopontos e vidrões e lixo por cima de caixotes de rua (os que estão em postes). Pessoas que optam por pôr os seus sacos do lixo ao lado dos caixotes vazios (por preguiça de levantarem a tampa)."</p>	<p><i>Resposta enviada ao munícipe:</i></p> <p>Agradecemos o seu contributo e informamos que a opção de Lisboa pela recolha seletiva porta-a-porta tem a ver com a maior facilidade e comodidade que este sistema proporciona aos munícipes. As taxas de reciclagem dos ecopontos não são por si só suficientes para alcançar as metas de valorização de resíduos de embalagem, determinadas pela União Europeia. Muitas pessoas não participam na reciclagem por terem de se deslocar ao ecoponto. A maior parte de população lisboeta tem, desde há longa data, recolha dos resíduos indiferenciados à sua porta, cumprindo as regras deste sistema, devendo-se uniformizar o sistema de recolha também para as restantes frações de materiais recicláveis (papel e embalagens). Tem-se verificado que, nas áreas onde existe recolha seletiva porta-a-porta, consegue-se recolher uma maior quantidade de resíduos recicláveis. No que respeita à fiscalização, a CML tem tentado combater as deposições indevidas e diariamente são passadas diversas coimas nestas situações. No entanto, só com o apoio e a consciencialização dos munícipes é que Lisboa pode tornar-se uma cidade sem resíduos na rua. Informa-se ainda que a CML está a apostar numa rede de suporte, através da implementação de contentores</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
	subterrâneos, de forma a dar resposta a situações de falta de capacidade de deposição.
E. Páscoa	
Julgo que um dos maiores problemas é a falta de higienização dos caixotes do lixo, que deveriam ser lavados com frequência assim como toda a zona circundante aos caixotes. Moro na freguesia de S.Domingos de Benfica e no meu bairro existem caixotes grandes, para toda a Rua, que muitas vezes têm um cheiro nauseabundo apenas de se passar lá ao pé. Com certeza que este problema também advém da falta de civismo de muitos moradores, no entanto se os caixotes fossem lavados daria com certeza um aspecto e cheiro bem mais agradáveis a toda a cidade.	<i>Resposta enviada ao munícipe:</i> Agradecemos o seu contributo e informamos que é da responsabilidade do município a lavagem de contentores que estejam na via pública (de capacidade ≥ 1100 litros - 4 rodas). Desta forma, e dada a dimensão da cidade, bem como o número de contentores de deposição coletiva existentes, a programação de lavagem de contentores é efetuada numa frequência quinzenal, para cada equipamento. No entanto, a colaboração dos munícipes também é fundamental e só através de um bom acondicionamento dos resíduos depositados nos contentores, de modo a evitar que os resíduos se espalhem e sujem o equipamento, é que será possível garantir, constantemente, um equipamento limpo e aprazível à sua utilização. A lavagem dos contentores de pequena capacidade (atribuídos aos edifícios) é responsabilidade dos munícipes, de acordo com o Regulamento de Resíduos da Cidade de Lisboa.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
A. Godinho	
<p>Infelizmente o plano que foi implementado para a recolha dos resíduos com a obrigatoriedade da colocação de 3 caixotes dentro dos prédios, na minha opinião, está a ser péssimo. Os prédios não têm estrutura para albergar os caixotes, o que torna o dia a dia muito complicado para pessoas como necessidades especiais, idosos e crianças em carrinhos. Com a população cada vez mais idosa haver reciclagem é a mesma coisa de nada. A Separação não é eficiente. Como é público, infelizmente a maior parte dos prédios em lisboa nem sequer têm condomínio, e tem de partir da boa vontade o peso de terem de retirar diariamente os 3 caixotes para a tua. Antigamente era só um e apenas era necessário lavar 1 caixote agora são 3. A recolha do lixo domestico é pouca. Devia de haver mais vezes. Basta haver o esquecimento de não colocar o caixote na rua a um sábado para que o lixo permaneça dentro do prédio durante vários dias, causando um cheiro insuportável, moscas com o lixo a acumular inclusive no chão do prédio porque as pessoas não querem ter o lixo em casa. A solução passaria por ter caixotes subterrâneos...Tão simples...Porque é que acabaram de colocar caixotes subterrâneos na zona de belém/restelo e nas outras zonas não? existem cidadão de primeira e de segunda? deverão refletir muito</p>	<p><i>Resposta enviada ao munícipe:</i></p> <p>Agradecemos o seu contributo e informamos que a CML pretende, a curto prazo, alargar a capacidade instalada de ecopontos subterrâneos, criando desta forma uma rede de suporte ao sistema de remoção porta-a-porta do Município (objetivo estratégico 1 – medida 1). No entanto, sempre que possível, os edifícios deverão continuar com o sistema de recolha seletiva porta-a-porta, pois só assim será viável alcançar as metas de valorização de resíduos de embalagem, determinadas pela União Europeia. Muitas pessoas não participam na reciclagem por terem de se deslocar ao ecoponto. Considera-se que a recolha porta-a-porta oferece uma maior facilidade aos munícipes, por se tratar de uma recolha "ao domicílio", tendo como objetivo aproximar os locais de deposição dos cidadãos.</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
bem e passar de disseminar esta metodologia pela cidade de lisboa	
I. Brandão	
<p>Gostaria de sugerir uma mudança do sistema de lixos na rua Pinto Ferreira e respetivo bairro. Este ano alteraram o sistema, para que cada prédio tenha os seus próprios contentores de reciclagem dentro do átrio. Isto não tem funcionado muito bem. Grande parte dos átrios não são grandes o suficiente para guardar 4 contentores, afetando assim a própria circulação nos mesmos. Sugiro, então, que se opte por um sistema de contentores enterrados em todo o bairro (à semelhança do que foi feito em belém). Obrigada.</p>	<p><i>Resposta enviada ao munícipe:</i></p> <p>Agradecemos o seu contributo e informamos que a opção de Lisboa pela recolha seletiva porta-a-porta tem a ver com a maior facilidade e comodidade que este sistema proporciona aos munícipes. As taxas de reciclagem dos ecopontos não são por si só suficientes para alcançar as metas de valorização de resíduos de embalagem, determinadas pela União Europeia. Muitas pessoas não participam na reciclagem por terem de se deslocar ao ecoponto. A maior parte de população lisboeta tem, desde há longa data, recolha dos resíduos indiferenciados à sua porta, cumprindo as regras deste sistema, devendo-se uniformizar o sistema de recolha também para as restantes frações de materiais recicláveis (papel e embalagens). Tem-se verificado que, nas áreas onde existe recolha seletiva porta-a-porta, consegue-se recolher uma maior quantidade de resíduos recicláveis. Informa-se ainda que a CML está a apostar numa rede de suporte (objetivo estratégico 1 – medida 1), através da implementação de contentores subterrâneos, de forma a dar resposta a situações de falta de capacidade de deposição.</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
J. Pinas	
<p>Criação imediata de pontos de recolha no espaço público - sub solo comuns a ruas/bairros para retirar de imediato os caixotes das entradas dos prédios.</p> <ul style="list-style-type: none">- acabam com o ridículo de ter 3 caixotes dentro de casa, na entrada do prédio onde nem os moradores conseguem entrar. Não há espaço em prédios mais antigos- promovem a saúde pública pois os caixotes não ficam à mercê dos moradores dentro do seu prédio, com cheiros e parasitas dentro de casa- promovem o exercício físico com a obrigação de se deslocarem para depositar o lixo- promovem o conhecimento e a comunicação entre vizinhos na respetiva rua/bairro	<p><i>Resposta enviada ao munícipe:</i></p> <p>Agradecemos o seu contributo e informamos que a CML, a curto prazo, pretende alargar a capacidade instalada de ecopontos subterrâneos, criando desta forma, uma rede de suporte ao sistema de remoção porta-a-porta do Município (objetivo estratégico 1 – medida 1). No entanto, sempre que possível, os edifícios deverão continuar com o sistema de recolha seletiva porta-a-porta, pois só assim, será viável alcançar as metas de valorização de resíduos de embalagem, determinadas pela União Europeia. Muitas pessoas não participam na reciclagem por terem de se deslocar ao ecoponto. Considera-se que a recolha porta-a-porta oferece uma maior facilidade aos munícipes, por se tratar de uma recolha “ao domicílio”, tendo como objetivo aproximar os locais de deposição dos cidadãos.</p>
A. Costa	
<p>O documento em pdf não permite localizar palavras, nem retirar informação para o formato em word.</p> <p>Não está bem perceptível o conceito de retoma de recolha seletiva.</p> <p>Deveria ter uma lista de acrónimos, por exemplo RUB é Resíduos Urbanos Biodegradáveis ou Banais?</p> <p>Na pág. 96, relativamente aos contentores</p>	<p><i>Resposta enviada ao munícipe:</i></p> <p>Agradecemos o seu contributo e informamos que foram tidas em consideração as suas sugestões. No que respeita à lista de acrónimos, esta consta nas páginas 6 e 7, onde está descrito o significado de RUB. Em relação à inovação de sistemas de gestão de resíduos, a ideia é que os munícipes possam, através de meios tecnológicos, saber qual o</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
<p>inteligentes, não se percebe como o munícipe pode utilizar os equipamentos de deposição de resíduos nos locais de recolha porta-a-porta.</p> <p>O sistema PAYT deveria só ser realizado depois de implementar um sistema de recolha de RUB generalizado e não só nas moradias e condomínios.</p> <p>No documento é difícil acompanhar com clareza os objetivos e as metas. No objetivo de redução da produção, as suas ações poderão ser comparáveis à reutilização e reciclagem"</p>	<p>ecoponto mais próximo com espaço disponível para a receção dos resíduos. Outro sistema que se pretende implementar, a longo prazo, é a implementação de cartão para a utilização, por parte dos munícipes, dos equipamentos de deposição coletiva (existentes nas vias). Pretende-se iniciar o sistema de recolha de RUB em moradias e condomínios por considerarmos que são uma tipologia de edificado que reúne melhores condições para albergar mais um contentor.</p>
L. Faim	
<p>Utilizo o portal "Na Minha Rua" para solicitar a recolha de "monos".</p> <p>Ocorreu-me que há pessoas e instituições que poderiam estar interessados em fazer essa recolha para recuperação, reciclagem, poupando trabalho à Câmara.</p> <p>Para isso seria necessário que pudessem pesquisar no dito portal este tipo de ocorrência (Recolha de Objetos Volumosos).</p> <p>Atualmente o portal possibilita apenas a pesquisa por um número específico atribuído à ocorrência e não por tipo de ocorrência</p>	<p><i>Resposta enviada ao munícipe:</i></p> <p>Agradecemos o seu contributo e informamos que considerámos a sua sugestão bastante pertinente, pelo que irá ser proposto um sistema informático para trocas de objetos volumosos.</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
Quercus	
1. Convinha que o plano esclarecesse melhor sobre quais os constrangimentos criados pela Valorsul no escoamento de materiais recicláveis.	<i>Substituição de texto na página 52:</i> Constrangimentos no escoamento de resíduos, devido à relação contratual com a Valorsul, que obriga à entrega de todos os resíduos urbanos a esta empresa, não flexibilizando a escolha de opções mais convenientes para o Município (ambiental e economicamente) no que respeita ao tratamento e valorização dos diferentes tipos de resíduos.
2. Sugere-se que sejam apresentados dados sobre a laboração da unidade de valorização orgânica da Valorsul que sustentem a afirmação feita sobre as deficiências na sua laboração que originam uma falta de capacidade para tratar os resíduos orgânicos recolhidos seletivamente pela C.M. Lisboa.	<i>Na página 32 são apresentados dados sobre o destino final dos resíduos biodegradáveis, também representados na figura 6.</i>
3. Lista de acrónimos - Substituir Pay as You Trough por Pay as You Throw.	<i>Corrigido.</i>
4. A Figura 6 deveria ser complementada com uma tabela com os dados que são apresentados no gráfico de forma a se ter uma melhor ideia das quantidades enviadas para cada destino de resíduos, em particular das recicladas.	<i>A figura 6 (página 32) é um fluxograma que tem por objetivo dar uma ideia geral do seguimento que é dado aos resíduos, ao longo das fases da sua gestão.</i>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
5. No Mapa 2 (Evolução dos projetos de recolha seletiva na cidade de Lisboa desde 2003) não deveria especificar-se que se trata de recolha seletiva porta-a-porta?	<i>O mapa 2 (página 36) contempla todos os sistemas de recolha seletiva implementados por ano e não só o porta-a-porta.</i>
6. Estratégia para a gestão dos resíduos na cidade de Lisboa: - Concordamos que deve ser feito um esforço adicional para melhorar as condições em que se efetua a recolha seletiva porta-a-porta, principalmente nas questões relacionadas com a limpeza pública, em particular nos bairros históricos. - Concordamos com o objetivo estratégico de alargar a recolha seletiva porta-a-porta na cidade de Lisboa. - Concordamos com a Medida 1 (desenvolvimento de uma segunda rede de suporte à recolha seletiva) e com a Medida 2 (alargamento da rede de recolha e criação de novos centros de receção de resíduos). - Concordamos com as medidas (1, 2, 3 e 4) que constam do Objetivo Estratégico 2 (Aumento da reciclagem e da qualidade dos materiais). De referir que a estratégia, seguida ao longo dos anos e agora continuada, de avançar gradualmente com a recolha seletiva porta-a-porta, adaptando-a a cada tipologia urbanística é uma estratégia correta e que tem dado os seus frutos. Quanto à recolha seletiva de orgânicos, concordamos que há ainda uma significativa	



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
<p>margem de progressão no setor da restauração e comércio alimentar e saudamos a proposta da C.M. Lisboa avançar para os produtores domésticos.</p> <p>- Concordamos com as medidas 1 e 2 que constam do Objetivo Estratégico 3 (Redução da produção de resíduos). Entre essas medidas salientamos a criação do Conselho Consultivo sobre a Prevenção dos Resíduos, no qual a Quercus manifesta o seu interesse em participar, e o lançamento de projetos de compostagem doméstica.</p> <p>- Concordamos com as medidas 1 a 7 que constam do Objetivo de Suporte 1 (Aposta na inovação e desenvolvimento tecnológico). Entre estas medidas salientamos a introdução do sistema PAYT para os grandes produtores, uma vez que são aqueles onde este sistema é mais facilmente aplicável, servindo posteriormente essa experiência para preparar um eventual alargamento do PAYT aos produtores domésticos. Parece-nos também acertada a medição da produção de resíduos em função do volume e não do peso.</p> <p>- A proposta de uma experiência de recolha conjunta de embalagens e papel parece muito interessante. Neste âmbito sugere-se que se realizasse uma campanha de caracterização dos resíduos recolhidos nas papeleiras (da via pública e em outros espaços públicos, como os transportes públicos) porque estamos convictos que os resíduos aí colocados são na</p>	



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Contributos	Comentários/Alterações decorrentes
<p>sua grande maioria materiais recicláveis (embalagens e papel) com muito baixa percentagem de orgânicos, sendo facilmente triados para reciclagem.</p> <p>- Concordamos com as medidas 1, 2 e 3 que constam no Objetivo de Suporte 2 (Promoção de sinergias e redes de colaboração).</p> <p>- Concordamos com as medidas 1, 2 e 3 que constam no Objetivo de Suporte 3 (Reforço do envolvimento dos munícipes). Salientamos as medidas relativas à sensibilização e fiscalização sobre a adequada colocação de resíduos, uma vez que com a aposta na recolha seletiva porta-a-porta se têm observado alguns comportamentos preocupantes de cidadãos que começaram a colocar os resíduos junto aos vidrões. A minimização deste fenómeno é fundamental para se garantir o envolvimento da população da recolha seletiva porta-a-porta.</p> <p>- Concordamos com as medidas 1 a 4 que constam no Objetivo de Suporte 4 (Eficiência, eficácia e sustentabilidade ambiental). Salientamos a medida relativa à adoção de compras públicas sustentáveis, área onde a Quercus tem desenvolvido algum trabalho que poderá ser útil à C.M. de Lisboa.</p>	



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Foram ainda introduzidas algumas alterações decorrentes da discussão na Reunião de Câmara de 14/10/2015:

Princípios de gestão de resíduos da Diretiva Quadro de Resíduos	Os princípios enumerados na Caixa 2 (página 17) não têm necessariamente uma ordem de importância associada. No entanto, no princípio da hierarquia dos resíduos, existe uma ordem de prioridades no que se refere às opções de prevenção e gestão de resíduos – <i>alteração da figura 2 (página 18)</i> .
Mercado Organizado dos Resíduos (MOR)	<i>Complemento ao texto da página 27:</i> Em complementaridade, o Decreto-lei n.º 210/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos (MOR), constitui um instrumento relevante para a operacionalização da política de gestão de resíduos. Com o funcionamento do MOR pretende-se centralizar num só sistema de negociação as transações de tipos diversos de resíduos, enquanto recursos/produtos, e estimular o encontro da oferta e procura, por forma a diminuir o consumo de matérias-primas e a promover o reaproveitamento e reciclagem dos materiais. As transações de resíduos ocorrem nas plataformas de negociação, a que acedem os produtores /detentores de resíduos (como é o caso da CML) e operadores de resíduos devidamente licenciados, colocando as suas ordens de compra ou venda de resíduos. As plataformas têm de reunir as condições necessárias de transparência, sustentabilidade e segurança. A MOR Online é a primeira plataforma eletrónica em Portugal autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

Reforma Administrativa de Lisboa	<p><i>Complemento ao texto da página 12:</i></p> <p>A reorganização administrativa da cidade de Lisboa, que se concretizou, entre outras, na transferência das competências da varredura e lavagem dos arruamentos para as Juntas de Freguesia, proporciona condições que favorecem uma gestão especializada e mais eficiente dos resíduos sólidos urbanos.</p> <p>As Juntas de Freguesia assumiram competências na área da limpeza urbana, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpeza das vias e espaços públicos, assegurando a varredura e lavagem manual, com recurso a equipamentos mecânicos de pequena capacidade;• Limpeza urbana integral (desmatção) dos espaços expectantes com uma área inferior a 5.000m² e dos taludes com uma inclinação inferior a 25%;• Limpeza de sarjetas e sumidouros;• Limpeza de espaços em eventos organizados ou coorganizados pelas Juntas de Freguesia e colaboração na limpeza de eventos ocasionais organizados ou coorganizados pela CML;• Despejo das papelarias na via pública. <p>O Município de Lisboa continuou responsável pela remoção de resíduos e por algumas operações de limpeza urbana, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Varredura e lavagem mecânica de eixos estruturantes;• Lavagem de contentores de uso coletivo, contentores de orgânicos e papelarias;• Colaboração com as Juntas de Freguesias na limpeza de espaços em eventos ocasionais organizados ou coorganizados pela CML e apoio na limpeza de espaços em eventos de interesse estratégico para as Juntas de Freguesia;• Limpeza urbana integral (desmatção) dos espaços expectantes com uma área igual ou superior a 5.000 m² e dos taludes com uma inclinação igual ou superior a 25%;
---	---



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

	<ul style="list-style-type: none">• Limpeza coerciva de terrenos particulares e de terrenos municipais sem acesso público;• Limpeza e remoção de grafitis;• Desinfestação e controlo de pragas.
Sistema de Recolha Pneumático no Parque das Nações	<p><i>Complemento ao texto da página 38:</i></p> <p>O sistema funciona através da implementação de uma vasta rede de tubagem enterrada em vala e galerias técnicas, ligando todos os edifícios residenciais, de escritórios e comerciais instalados nesta área e locais de recolha pública exteriores. Genericamente, os RU são aspirados por uma potente corrente de ar até às respetivas centrais de recolha (central norte, sul 1 e 2) onde são acondicionados. Este sistema é totalmente informatizado sendo controlado por meio de um programa automático que comanda o acionamento electropneumático de abertura e fecho das válvulas sem que haja contato com os recipientes ou sacos de resíduos ao longo das condutas. A única operação que requer mão-de-obra é o transporte dos resíduos acondicionados em contentores de 30m³ até ao destino final. Nos casos em que não é possível assegurar a deposição e recolha dos RU através do sistema pneumático efetua-se a remoção através do sistema convencional (ex., entupimentos e roturas em troços da conduta).</p> <p><i>Complemento ao texto da página 78:</i></p> <p>Na área do Parque das Nações, deverão continuar a ser desenvolvidos esforços no sentido de melhorar a qualidade dos materiais separados no sistema pneumático, designadamente papel e embalagens.</p>
Análise SWOT	<p><i>Considerou-se a inclusão de um texto enquadrador à análise SWOT (página 50):</i></p> <p>Foi realizada uma caracterização e diagnóstico da situação atual relativamente aos serviços municipais de gestão de resíduos, com base numa análise SWOT (Strengths, Weaknesses,</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

	<p>Opportunities and Threats). Para tal, recorreu-se à auscultação dos serviços da CML diretamente envolvidos na gestão de resíduos urbanos, nomeadamente na estrutura orgânica da Direção Municipal de Higiene Urbana.</p>
Reforço da imagem do Município	<p><i>Clarificação do texto da página 94:</i></p> <p>O Município deve dar a conhecer a sua atividade de gestão de resíduos e reportá-la a todos os cidadãos, de uma forma transparente e acessível, recorrendo a todas as plataformas de comunicação existentes, em especial a internet como meio privilegiado de comunicação externa. Desta forma, pretende-se criar uma plataforma online de interface com os cidadãos, específica para a Higiene Urbana, dotando-a de informação completa, atualizada e facilmente consultável.</p> <p>Os munícipes devem compreender e estar informados sobre (i) Os Planos e outros documentos estratégicos existentes, (ii) o modo de funcionamento dos sistemas de gestão de RU, em baixa e em alta, nomeadamente as quantidades recolhidas por tipo de material, a composição física dos resíduos, o encaminhamento que é dado aos diferentes tipos de resíduos, os custos do serviço público de recolha, os avisos à população e (iii) as responsabilidades individuais e a importância da participação dos munícipes em matéria de resíduos e de limpeza urbana.</p>



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

VICE-PRESIDENTE

ANEXO I

Listagem de entidades convidadas a participar na consulta pública do Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa

Lisboa-E-Nova

Valorsul

Sociedade Ponto Verde

Quercus

Agência Portuguesa do Ambiente

CCDR-LVT

ANMP

LPN - Liga para a Proteção da Natureza

GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

Associação de Residentes de Telheiras (ART)

Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações

Associação de Dinamização da Baixa Pombalina

União das Associações de Comércio e Serviços (UACS)

Associação de Valorização do Chiado

Juntas de Freguesia de Lisboa: Ajuda; Alcântara; Alvalade; Areeiro; Arroios; Avenidas Novas; Beato; Belém; Benfica; Campo de Ourique; Campolide; Carnide; Estrela; Lumiar; Marvila; Misericórdia; Olivais; Parque das Nações; Penha de França; Santa Clara; Santa Maria Maior; Santo António; São Domingos de Benfica e São Vicente.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião Pública de Câmara de 24 de fevereiro de 2016, as atas, o voto de congratulação, as moções, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 98 e 99 das reuniões de Câmara de 27 e 29 de janeiro de 2016

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 4/2016 (Subscrito pela Sr^a. Vereadora Paula Marques e pelos Srs. Vereadores João Afonso e João Paulo Saraiva)

Congratular o Governo Português pela aprovação em Conselho de Ministros da alteração da denominação Aeroporto de Lisboa para Aeroporto Humberto Delgado, nos termos do voto de congratulação;

(Aprovado por unanimidade)

Moção n.º 4/2016 (Subscrita pela Câmara)

Pela Preservação do Comércio Local e Tradicional da Cidade de Lisboa (Alteração do Novo Regime do Arrendamento Urbano e legislação complementar), nos termos da moção;

(Aprovada por unanimidade)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 68/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa (2015-2020), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (8PS, 3Ind. e 2PCP)	-	2(PPD/PSD)

Proposta n.º 69/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a ratificação das alterações introduzidas pela Assembleia Municipal de Lisboa na Proposta n.º 154/2015, alterada pelas Propostas n.ºs 259/2015 e 389/2015, relativa à aprovação da versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (8PS, 3Ind., 2PPD/PSD)	-	2(PCP)

Proposta n.º 70/2016 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Manuel Salgado e João Paulo Saraiva)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a designação do Fiscal Único da Lisboa Ocidental, SRU, - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A., nos termos da proposta;

Aprovada por escrutínio secreto com a seguinte votação:	A favor	Contra	Branco
	11	2	3



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 75/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a abertura de procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal destinado a um projeto no âmbito de uma Equipa Técnica de Rua especializada na área da Saúde, nos termos da proposta;

(Retirada)

Proposta n.º 76/2016 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar revogar a Deliberação n.º 37/2016, que aprovou as Regras do Procedimento Concursal e do Aviso de Abertura para atribuição de apoio financeiro municipal nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Ley* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 24 de fevereiro de 2016

O Presidente em Exercício

Duarte Cordeiro
Duarte Cordeiro

PROPOSTA 68/2016 – APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS DO MUNICÍPIO DE LISBOA (2015-2020), NOS TERMOS DA PROPOSTA:

O Sr. Presidente em exercício: - Ponto 3, Proposta 68/2016.

Em relação a esta matéria, em particular os Srs. Vereadores só para que fique claro. Houve um conjunto de contributos relevantes que foram acolhidos na discussão pública, em particular os dois mais relevantes terá sido da Valorsul e da Quercus. E eu quero agora denotar, já agora, que houve uma concordância bastante generalizada na Quercus com muitos dos objectivos do programa e muitas das queixas, das queixas ou das sugestões que nos foram sugeridas no âmbito do Plano Municipal. Também vai ao encontro daquilo que são uma das medidas estruturantes, que passa pela existência do ponto de vista, se quisermos, da comodidade na cidade, da existência duma segunda rede de suporte com contentores na cidade que permitam, independentemente, do sistema principal ser o sistema porta-a-porta, que de alguma forma confronta conferir aos munícipes da cidade de Lisboa, alternativas no que diz respeito à deposição dos resíduos. Portanto, na prática, o relatório, existe um relatório que os Srs. Vereadores têm na proposta. Isto aqui, no fundo, ainda irá para a Assembleia Municipal no decorrer das competências que a Assembleia Municipal tem para, no fundo, depois fixar este plano municipal até 2020.

Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente em exercício. Nós, aliás, quando este plano veio primeiramente, nós levantarmos uma série de questões que verificamos foram atendidas ao longo deste processo de consulta pública. No entanto há uma situação que fica muito embora por força de outras propostas, em outras alturas o Sr. Vice-Presidente já tenha dado algum esclarecimento sobre o assunto, que é a recolha no Parque das Nações devido à complexidade do sistema e que neste momento a recolha não pode ser feita com meios da Câmara. Obviamente, nós entendemos que tendencialmente deverá ser esse o caminho, e que esperamos que muito em breve, após terminado o tempo deste contrato de prestação de serviços. Esta competência possa ser exercida diretamente pela Câmara Municipal sem necessidade de externalização deste serviço. É, neste momento, a única questão que continua algo em aberto das várias que havíamos levantado e, portanto, é a única que poderíamos aqui colocar.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito bem. Também tinha conhecimento, tivemos todos conhecimento dessa reserva já na última reunião de Câmara. E portanto agradeço aos demais comentários em relação, e ao contributo que foi feito no sentido da melhoria do Plano, da parte dos Vereadores do PCP. Não sei se mais alguns dos Srs. Vereadores quer usar da palavra em relação a este ponto, senão procedíamos à votação Plano Municipal de gestão de resíduos do Município de Lisboa 2015/2020. Pergunto aos Srs. Vereadores quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada a abstenção do PSD.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 68/2016 a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (8PS, 3Ind. e 2PCP) e 2 abstenções (PPD/PSD).